

PALÁCIO DANTAS

ILMO. SR. DOUTOR SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA
ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA –
SUPEL/RO.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 026/16/CPLO/SUPEL/RO

Superintendência Estadual de Compras e Licitações

RECEBIDO

Certifico que recebi o documento no dia

27/07/16 às 08Hs: 58 Min.

(nome completo, cargo e matrícula)

A. S. LAMAR, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 00.636.851/0001-25, com endereço sito à Rua Pastor Eurico Alfredo Nelson, n.º 1622, Bairro Agenor de Carvalho, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Cep.: 76.820-374, por seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa senhoria, com fulcro nos artigos 37, inciso XXI, art. 5º, inciso XXXIV, “a”; LV da Constituição Federal, combinado com o artigo 109, I, “a”, c/c parágrafo 2º da Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94, interpor o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO

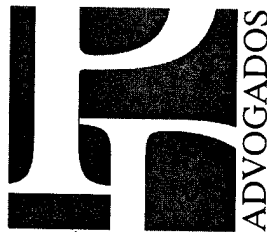
contra a r. decisão proferida pelo DD. Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Obras CPLO, conforme as razões anexas, para o conhecimento e julgamento do Exmo. Sr. Superintendente, sendo o mesmo processado regularmente, na forma da lei e do Direito.

Requer ainda a Vossa Senhoria, **receber o presente recurso em seus dois efeitos**, além da faculdade do juízo de retratação, este nos termos do § 4º do artigo 109 da Lei de Licitações.

Rua Rio de Janeiro, 870. Ed. João Evangelista 2º. Piso.

Fone: (68) 3224-7603, Fax (68) 3224-0677, CEP 69906-380

Rio Branco-Acre www.palaciodantas.com.br e-mail: palaciodantas@gmail.com



PALÁCIO DANTAS

Por derradeiro, afim de regularizar a representação processual, requer a juntada do instrumento de constituição.

Termos em que,
Pede e Espera Deferimento.

Rio Branco-AC, 26 de julho de 2016.

A S LAMAR

CNPJ/MF sob o nº 00.636.851/0001-25

Alexandre da Silva Lamar

CPF/MF sob o n.º 360.697.012-91



RAZÕES DE RECURSO

RECORRENTE: A. S. LAMAR

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 026/16/CPLO/SUPEL/RO

EXMO. SENHOR SUPERINTENDENTE.

Em que pese a erudição e a capacidade de trabalho da r. comissão de Licitação, na decisão proferida que inabilitou a recorrente depara-se com enorme mácula, principalmente por preterir o Estatuto das Licitações, conforme será amplamente demonstrado nas razões que seguem o presente recurso.

DOS FATOS

A ora postulante é pessoa jurídica atuante há vários anos no ramo de engenharia e construção civil em nosso Estado, agindo sempre com idoneidade e responsabilidade em suas obrigações.



PALÁCIO DANTAS

Em razão dos objetivos da empresa, a ora postulante participou da Concorrência Pública em questão. Contudo ao dar continuidade aos trabalhos, o Presidente da CPL decidiu pela inabilitação da ora postulante, sob a alegação de descumprimento do item 15.3, alínea “d” do Edital, o qual diz respeito à comprovação da qualificação técnica.

- DO MÉRITO

Quanto ao mérito do presente feito, é importante esclarecer à Vossa Senhoria que o item 15.3 do Edital, estabelece que para a comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, se faz necessário a apresentação de “relação explícita de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação” e qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos, conforme Anexo V do Edital.

Vale destacar que o referido item 15.3 do Edital exige apenas e tão somente a descrição dos equipamentos necessários para o implemento do objeto do certame, dispensando a comprovação de propriedade dos mesmos, resultando assim em uma mera declaração unilateral, desprovida de qualquer força probatória quanto à real disponibilidade dos equipamentos.

Desse modo, a recorrente apresentou a relação de disponibilidade das instalações, equipamentos e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, na forma do Anexo V do Edital, abrangendo de forma genérica todos os serviços a serem contratados.

Contudo, a r. Comissão Permanente de Licitações e Obras, através de seu presidente, entendeu que não havia sido cumprida a exigência constante do item 15.3 do Edital, alegando especificamente que alguns equipamentos não foram relacionados na descrição do Anexo V.

Contudo, conforme já externado, cumpre esclarecer que o item 15.3 do Edital corresponde a uma exigência de menor relevância para a comprovação da qualificação técnica do objeto da licitação, tendo em vista que se trata apenas e tão somente de uma declaração unilateral, redigida pela própria participante, sem necessidade de qualquer chancela por atestado público de sua veracidade quanto à real disponibilidade dos equipamentos.



PALÁCIO DANTAS

Assim, denota-se que a simples declaração, não teve no Edital a finalidade de comprovar a real disponibilidade de todos os equipamentos necessários aos serviços licitados, se tratando apenas de um documento assessorio para comprovar a Capacidade Técnica. Se assim não fosse, a referida exigência contida no item 15.3 (declaração) iria prescindir da comprovação da propriedade dos equipamentos, o que foi considerado desnecessário pelo Edital.

Com esse norte, verifica-se que a recusa em aceitar a declaração apresentada pela recorrente, pelo simples fato de que alguns itens dos serviços não estão relacionados na descrição dos equipamentos, caracteriza excesso de formalismo, sem justificativa, contrariando os princípios norteadores que regem o processo licitatório.

Apenas para dar asas ao argumento da ora postulante, cumpre esclarecer que a norma licitatória (Lei 8.666/93) traz, especificamente em seu art. 30, em seu § 1º, que a comprovação de aptidão referida no inciso II do mesmo artigo, será feita por atestados “fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes”, se não vejamos:

Lei 8.666/93 - Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:



PALÁCIO DANTAS

Nessa senda, verifica-se que a declaração objeto do item 15.3 se trata de um mero documento unilateral, sem o condão de atestar ou comprovar a capacidade técnica da proponente, **portanto, devendo ser interpretado de forma ampliativa e não restritiva, sob pena de caracterizar excesso de formalismo.**

Nessa senda, O D. Tribunal de Contas da União – TCU tem demonstrado com clareza **que a aludida habilidade necessita ser provada unicamente mediante a demonstração de serviços análogos, sendo impedido o ultimato de comprovação com quaisquer entraves não previstos em lei que inibam a participação na licitação.**

Nesse mesmo diapasão, **há que ser ponderado que todo processo licitatório possui como alvo precípua a contratação do melhor serviço, com o menor preço, visando sempre os interesses da administração, razão pela qual estabelece as vedações aos agentes públicos, conforme artigo 3º, § 1º, inciso I, da 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, senão vejamos:**

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa ...

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;**

Diante do dispositivo legal acima transcrito, está evidente que o objetivo da licitação em observar o princípio da legalidade, da moralidade, da igualdade, **ênfatizando o caráter competitivo, que é o princípio essencial da licitação,** posto que, em momento algum haverá licitação, se faltar a disputa verdadeira de vários competidores, já que, sem a competição, desmorona e descaracteriza a licitação, invalidando o selecionamento da proposta mais vantajosa.

Desta feita, restou demonstrado que o documento mencionado no item 15.3 e referido no anexo V, por se tratar de documento de preenchimento unilateral, pela própria Licitante, isoladamente, não possui o condão de comprovar a capacidade técnica exigida no artigo 30 da Lei 8.666/93. Assim, a relação/declaração de disponibilidade das instalações, equipamentos/máquinas e do pessoal técnico na forma apresentada pela ora Recorrente, não causa qualquer prejuízo ou dúvida quanto ao cumprimento do objeto da licitação em andamento.

Via de consequência, não havendo dúvida ou prejuízo que comprometa a prova da capacidade técnica da proponente, esta não pode ser excluída do processo de licitação por conta de questões irrelevantes, como omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas.

Afinal, como a administração pública busca vantagem econômica, o fator preço é decisivo — por menor que seja. **E é isso que prepondera sobre o formalismo.**

A propósito, é oportuno examinarmos o entendimento do ilustre Jurista **MARÇAL JUSTEN FILHO**, mais especificadamente quanto à necessidade de se escolher a proposta mais vantajosa para a administração pública, senão vejamos

5) Seleção da proposta mais vantajosa
O ideal vislumbrado pelo legislador é, por via de licitação, conduzir a administração a realizar o melhor contrato possível: obter a maior qualidade pagando o menor preço. Rigorosamente trata-se do desdobramento do princípio mais básico e fundamental que orienta a atividade administrativa do Estado. (In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 4ª Edição, Aide Editora, por Marçal Justen Filho, pág. 28)

Vislumbra-se, destarte, nitidamente, que o Administrador não possui disponibilidade do interesse que persegue, razão pela qual deve sempre praticar seus atos visando o interesse público, o qual, no caso vertente, encontra-se centrado na viabilidade do maior número de participantes, para enfim, contratar o melhor serviço, pelo menor preço.



PALÁCIO DANTAS

A propósito do tema, cumpre apresentar alguns dos posicionamentos adotados pelos Egrégios Tribunais de nosso País, que de forma proficiente realizaram a tão almejada prestação jurisdicional nos seguintes termos:

TRF-1 – MANDADO DE SEGURANÇA - MS 40538 BA
2009.01.00.040538-3

DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
03/05/2011

TERCEIRA SEÇÃO

e-DJF1 p.61 de 23/05/2011

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA.
LICITAÇÃO. PEDIDO DE INABILITAÇÃO DE
LICITANTE POR ALEGADO DESCUMPRIMENTO DO
EDITAL. **EXCESSO DE FORMALISMO. ILEGALIDADE.**

1. O edital do certame exigia das licitantes, para a qualificação técnica, a relação da equipe técnica encarregada da execução dos serviços propostos, inclusive do nutricionista responsável técnico indicado em certidão de registro expedida pelo Conselho Regional de Nutrição - CRN.

2. A comissão de licitação entendeu que, muito embora a empresa vencedora não tenha apresentado na proposta comercial a relação do número de empregados que prestariam os serviços, com suas respectivas atribuições, **comprovou a licitante sua capacidade técnica e informou a quantidade de empregados que prestariam os serviços mediante documento apresentado na fase de habilitação, o que denota, em última análise, na realidade, observância às regras do edital.** 3. Não se mostra razoável afastar a concorrente do certame tão só pela irrelevante irregularidade formal, uma vez que, conforme salientado, o documento foi apresentado na fase de habilitação. 4.

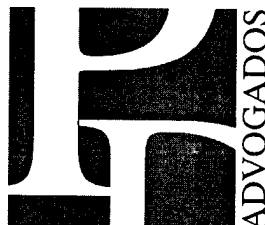
Entendimento em sentido contrário implicaria prestígio ao excesso de formalismo em detrimento do interesse público, este consubstanciado na obtenção de menor custo à Administração. Precedentes. 5. Segurança denegada.

TRF-1 APELAÇÃO CÍVEL AC 00200427320084013800
0020042-73.2008.4.01.3800

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
05/10/2015

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO.
CONCORRÊNCIA PÚBLICA. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA
COM FORMALISMO EXCESSIVO. INTERESSE MAIOR
DA ADMINISTRAÇÃO E DOS PRINCÍPIOS QUE
REGEM O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.
INDEVIDA INABILITAÇÃO DE CONCORRENTE.
ANULAÇÃO PARCIAL. PODER-DEVER DE
AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO. SENTENÇA
CONFIRMADA.

1. "A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta" (STJ: MS n. 5.869/DF, Relatora Ministra Laurita Vaz, DJ de 07.10.2002).
2. Considerando que, consoante previsto pelo próprio órgão emitente, a utilização do Certificado de Regularidade do FGTS para os fins previstos em lei, está condicionada à verificação de autenticidade no site, uma vez verificada a autenticidade e a efetiva regularidade da empresa concorrente, configura excesso de formalismo a inabilitação da licitante que apresentou certificado com data de validade vencida, conforme reconheceu a própria Administração, havendo de prevalecer, no caso, o interesse público da melhor contratação.
3. Tendo em vista que, quanto ao comprovante de recolhimento da quantia de 5% (cinco por cento) da avaliação mínima, foi constatado que a empresa concorrente de fato havia apresentado o documento, tendo a comissão de licitação se equivocado quanto a sua falta, apresenta-se legítimo o ato da Administração que, no exercício do seu poder-dever de autotutela e em face da supremacia do interesse público, anulou o procedimento licitatório, na parte em que inabilitou a empresa por tal fundamento. 3. Sentença confirmada.
4. Apelação desprovida.



PALÁCIO DANTAS

Sob esta ótica, verifica-se que a manutenção da decisão que inabilitou a recorrente resultará em uma diminuição da na escolha entre as propostas, tendo em vista a impossibilidade de análise da proposta apresentada pela empresa, fato este que contraria os princípios norteadores da Lei de Licitações, posto que desvirtua a real finalidade da instauração do certame.

Desta feita, restou demonstrado que a ora postulante atendeu à exigência do item 15.3, alínea “d” do Edital, comprovando a HABILITAÇÃO TÉCNICA necessária à execução dos serviços licitados.

A título de mera argumentação, há que ser ressaltado que a inalterabilidade da r. decisão ora guerreada, resultará na necessidade de buscar a prestação jurisdicional para fazer prevalecer os fundamentos de fato e de direito ora apresentados, implicando no retardamento desnecessário da tramitação do certame em questão.

CONCLUSÃO

Face ao que está exaustivamente exposto, e confiando na serena análise de Vossa Senhoria, a Recorrente vem requerer que seja reformada a r. decisão de inabilitação, para o fim de DECLARAR A HABILITAÇÃO da recorrente para prosseguir no certame.

Termos em que,

Pede e Espera Deferimento.

Rio Branco-AC, 26 de julho de 2016.

A S LAMAR

CNPJ/MF sob o nº 00.636.851/0001-25

Alexandre da Silva Lamar

CPF/MF sob o n.º 360.697.012-91